



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0023890-02.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Guarda**
 Requerente: **Johnatan Leite dos Santos Fermino**
 Requerido: **Celia Daiane Cruz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O(a) autor(a) **Johnatan Leite dos Santos Fermino** propôs a presente ação contra o(a) ré(u) **Celia Daiane Cruz**, requerendo a modificação de guarda da filha Sarah Fernanda Fermino.

A ré, em contestação de folhas 34/37, pede a improcedência do pedido.

Réplica de folhas 46/47.

Laudo Psicológico de folhas 64/71.

Manifestação das partes a respeito do referido Laudo (folhas 74/78).

Manifestação do Ministério Público de folhas 79.

É o relatório. Fundamento e decido.

A prova oral é desnecessária. O Laudo Psicológico está bem fundamentado, apto a formação da convicção do juiz.

O pedido é improcedente, devendo a guarda permanecer com a mãe, ante a conclusão do Laudo Psicológico, que assim dispôs: "À luz do exposto, e visando o bem estar e interesse da infante, recomendamos sua permanência cotidiana junto à mãe."

Com efeito, após leitura de todo o Laudo, em especial o item V, de folhas 70, fiquei convencido de que a filha do casal está sendo bem cuidada pela mãe, não sendo o caso de modificação da guarda.

Por fim, **indefiro a modificação do exercício do direito de visitas** (folhas 78), porque não foi objeto do pedido na petição inicial, estando as partes em litígio nesse sentido.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o(a) autor(a) no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 800,00, ante a inexistência de complexidade com atualização monetária desde hoje e juros de mora a contar do trânsito em julgado da presente, observando-se, contudo, os benefícios da gratuidade processual. CIÊNCIA AO MP. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Carlos, 18 de junho de 2015. **Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**